

RESENHA¹

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade:** ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

Berenice Lurdes Borssoi²

A obra *Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado*, dos Autores Lucídio Bianchetti e Valdemar Sguissardi, publicada pela editora Mercado de Letras em 2017, apresenta um debate sobre a educação superior/universidade e sua relação com o Estado e o Capital.

Lucídio Bianchetti é graduado em Pedagogia com habilitação em orientação educacional pela Universidade de Passo Fundo/RS, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRIO), Doutor em educação: história, política e sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) cursou Pós-Doutorado na Universidade do Porto/Portugal. Atua como professor aposentado/voluntário no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor, pesquisador, educador e escritor em temas relacionados ao trabalho e educação, sobretudo, aqueles relacionados a pós-graduação, formação do pesquisador, tecnologia e qualificação profissional.

Valdemar Sguissardi licenciado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/RS, Mestre e Doutor em Ciências de Educação pela Universidade de Paris X Nanterre. Professor titular e pesquisador aposentado da Universidade Federal de São Carlos e Universidade Metodista de Piracicaba. Seus estudos em educação destacam os fundamentos da educação atuando principalmente em temas de educação superior, suas políticas, reformas e a relação público-privado.

Estes educadores são pesquisadores renomados no Brasil pelos estudos relacionados ao ensino superior/universidades. Nesta obra eles apresentam a gênese e a evolução histórica das instituições superiores no Brasil, discutem a configuração da universidade brasileira, sua

¹Trabalho da disciplina de Atividade Programada de Pesquisa I (APP) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE-Unicamp), sob coordenação do Professor Luciano Pereira e da Professora Aparecida Neri de Souza.

² Aluna do Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE-Unicamp), Grupo de Estudos sobre Educação e Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC), integrante da Linha *Trabalho e Educação*.

relação com o mercado, questionam a concepção de educação/formação por ela oferecida, com base em dados empíricos e por uma perspectiva teórica-conceitual e política crítica.

Tal análise ajuda-nos entender a situação atual das universidades. Ilustram desafios e dilemas da educação superior numa conjuntura marcada pela ruptura da universidade como *instituição* e considerada como *organização* (Chauí) subordinada as lógicas mercantis e a financeirização da educação.

O livro foi organizado em três capítulos. Conta com contribuições de Josep M. Blanch, professor Emérito Universidad Autónoma de Barcelona, Docente Universidad San Buenaventura, Cali, na contracapa do livro. Blanch (2017) adverte que a educação superior está fortemente influenciada pelo projeto neoliberal global e suas versões locais. Desde seu nascimento a universidade é marcada por um caráter idealista, “*mediante la introyección em su cultura de valores instrumentales del mercado como los productividad, eficiencia, competitividade, rentabilidade, orientación a la demanda, análisis coste-beneficio y evaluación por resultados*”. Diz ele que a universidade vendeu sua alma filosófica diante a nova gestão pública neoliberal que é levada a adaptar-se ao hipermercado globalizado.

O prefácio – *Da universidade à commoditycidade: mudança ou metamorfose na educação superior?* –, escrito por Almerindo Janela Afonso professor da Universidade de Minho – Portugal, introduz a relevância do tema ensino superior no Brasil, e ressalta que a universidade teve uma profunda ruptura com seu *ethos* enquanto *instituição* social seguindo um *dark side* (lado escuro) emergente em função do capitalismo mercantil. Afonso lembra que a educação superior brasileira tem sua história marcada pelas pressões sociais, políticas, econômicas e educacionais ambíguas e contraditórias, com visões ora neoliberais, ora neodesenvolvimentista e, recentemente teve um populismo autoritário, com os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

É evidente a mercantilização da educação superior – pelas fusões de empresas nacionais e internacionais – com a compra e venda de um produto/mercadoria chamado educação/ensino, induzido por acordos internacionais com participação marcante da Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial, que visam políticas de privatização da educação, expansão da oferta educativa em regime de franquias com tendência a modularização e estandardização curricular.

Na parte introdutória do livro, Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 14) questionam quanto e como a universidade num processo histórico veio sendo tutelada, desrespeitada em sua proclamada autonomia até a chegada de sua regulação heterônoma. De acordo com os autores,

“[...] por iniciativas ou inércia, a educação superior pública estagna ou até reflui quanto ao que se concebe como educação pública, gratuita, laica e universal, ao tempo em que as instituições privadas de educação superior [...] vão tornar-se protagonistas de uma expansão quantitativa de instituições e matrículas sem precedentes”. Os autores adotam o neologismo *commodity* para referir-se à transformação que vêm ocorrendo na definição e funcionamento da universidade/educação superior.

Commodity em termos econômicos sucintos significa mercadoria em estado bruto ou produto primário, produzido em larga escala cujos preços são submetidos à oferta e procura, diante oscilações do mercado. Os autores associam *commodity* = saber; *commodity* = educação superior/universidade, como um modo de enfatizar o novo fenômeno que estaria impondo as instituições a um modelo de educação superior/universidade idealizado nos modelos clássicos, sob regulação direta ou indireta do Estado.

O capítulo I – *Universidade, tutelas e políticas educacionais: da instituição medieval à moderna. Alguns antecedentes da situação atual* – apresenta um histórico do surgimento da universidade, desde era medieval à atual, destaca sua tutela e concepções. Cabe ressaltar que os autores, nesta obra, adotam educação superior como sinônimo de universidade – considerando que esta é *locus* do ensino superior.

A universidade surge no mundo ocidental judaico-cristão, Idade Média, ligada as necessidades da Igreja Cristã, isto é, para a permanência da formação dos clérigos, era tutelada pela Igreja. Outras universidades são criadas com o passar dos anos, algumas em oposição a hegemonia da Igreja, contudo todas restringiram seu ingresso e, uma nova igreja atuaria como tutela (a luterana) e o poder de reis e príncipes, assim poucos tinham acesso ao ensino.

Com o Renascimento, Iluminismo, enfraquecimento do teocentrismo e fortalecimento do antropocentrismo e o domínio hegemônico de uma nova classe – burguesia – a universidade passou por profundas mudanças funcionais e estruturais (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017). A Revolução Francesa (1789) marca esse processo com princípios da educação ser universal, pública, gratuita e “laica”. Contudo a educação/universidade não se emancipam de sua tutela ou heteronomia, são características históricas, que permanecem atualmente, conforme afirmam os autores, difícil elas atuarem fora do *Framework*³ (estrutura/funcionalidade/configuração) previamente estabelecido, mesmo as universidades criadas no Novo Mundo – América espanhola e na Nova Inglaterra.

³ De acordo com dicionário inglês *Frame* = quadro; *work* = trabalho.

A partir do século XIX são criadas universidades cuja sua identidade são novas, outras modificadas, isto devido as emergências sociais. Algumas universidades permaneceram, outras foram reconfiguradas por novos modelos que podem ser resumidos em: 1) o modelo de universidade napoleônica, surge na França com características profissionalizante, sua organização não-universitária se centrada na junção de faculdades com finalidade de formar burocratas e com forte relação do Estado. Este modelo de funcionamento foi adotado no Brasil Colônia (1808). Na verdade, a forma de organização ainda permanece, a exemplo, no Estado do Paraná, as universidades Unioeste, Unicentro, Uenp, Unespar⁴ todas criadas pela junção de faculdades isoladas. Recentemente a expansão de inúmeros *campi* nas universidades brasileiras. 2) o modelo de universidade humboldtiana ou newmaniana em Berlin, caracterizada pela unidade ensino e pesquisa. A instituição necessitaria se voltar para a investigação e produção do conhecimento, se afastar das necessidades imediatas do mercado, e com o desafio de instituir uma gestão e regulação menos tutelada com fim de consolidar sua autonomia nas tomadas de decisões. No Brasil o modelo de universidade alemã se instaura em âmbito nacional com a Lei nº 5.540/68, que situa e orienta a pesquisa na pós-graduação, deixando a cargo da graduação a formação profissional.

A educação superior/universidade brasileira teve momentos de avanços e recuos, vinculados aos interesses da demanda da classe hegemônica e as exigências da divisão técnica e social do trabalho, seu funcionamento e organização esteve sempre direcionado a especializações, terminalidades, disciplinaridades, áreas ou campos de saber, pelas cobranças do mercado e formação de especialistas. Atualmente a formação de profissionais mais adaptáveis é uma das responsabilidades impostas a universidade, nos seus diferentes modelos, apesar de que, segundo Sguissardi (2009) houve um processo híbrido nas instituições de ensino superior.

No capítulo II – *Brasil: de instituições de ensino superior tuteladas – passando por experiências fundantes – à regulação* – os autores reafirmam que a relação universidade e sociedade se modifica com o tempo, são nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que se estabelecem as formas de organização e funcionamento do ensino superior. A história da educação superior no Brasil inicia-se com a chegada da Corte Portuguesa em 1808 e, é marcada pelo pragmatismo utilitarista e tutelada pela igreja e nobreza.

⁴ São sete universidades estaduais no Paraná: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) multicampi; Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) multicampi; Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) multicampi; Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) multicampi.

Até o final do Império, apesar das inúmeras propostas de criação de universidades, o modelo – junção de faculdades isoladas – e concepção (formação profissional) de ensino superior permanecem, “desprovido de caráter nacional, influenciado por um espírito colonialista e colonial” (TEIXEIRA; FÁVERO, 2000), sendo privilegio de riqueza e de classe (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 35).

Neste capítulo os autores apresentam uma análise dos conflitos políticos e econômicos vinculados ao surgimento do ensino superior no Brasil e a criação das primeiras universidades. Os estudos evidenciam como os governos – o país e unidades da federação – os grupos religiosos e liberais influenciaram (ainda hoje influenciam) a criação ou não das universidades, as formas de organização e funcionamento, sobretudo, que concepção educativa/formativa ofereceriam, a fim de criar ou reforçar suas ideologias e manter a hegemonia.

A universidade tem sido tutelada pelo Estado e grupos de interesse, e ocorre também quase inexistência ou periférico papel atribuído, exercido pela educação e preocupação com a formação humana geral (Idem, p. 41). Apesar de contraditório, o controle/regulação das universidades é somente realizado no período ditadura.

Magalhaes (2006), referido pelos autores, afirma que a educação superior não deveria se reduzir a uma questão de consumo individual destituído de elementos críticos e reflexivos. Educação superior/universidade careceriam de ser compreendidas como uma *instituição social* com papel crucial da reflexão crítica e alternativa.

Nessa direção, Bianchetti e Sguissardi (2017) apresentam três exemplos de educação superior/universidades – Universidade de São Paulo (USP 1934); Universidade do Distrito Federal (UDF 1935) e Universidade de Brasília (UnB 1962) - que buscaram ao longo da história resgatar o sentido original de *universitas*, sem perder de vista o suporte para a práxis, do pensamento crítico, reflexivo e “que não sucumbissem as tradições e *status quo* que geraram desvirtuamentos institucionais e finalísticos” (p. 43).

As três universidades públicas, cada uma com suas instâncias administrativas diferentes – estadual, municipal e federal, assim respectivamente – foram criadas com aqueles propósitos. Ou seja, comprometidas com uma formação humana geral, com vinculação entre ensino-pesquisa e preocupada com a formação dos profissionais da educação que deveria ocorrer na universidade.

Os autores ressaltam as questões políticas e econômicas envolvidas na criação das universidades, os conflitos entre os poderes federativos e administrativos, a disputa de áreas de conhecimento e suas hegemonias, bem como as formas de resistência nessas universidades, na organização das áreas e dos cursos em particular, nas opiniões dos intelectuais da época – Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro –, a fim de lutarem por uma educação para além do profissional. As lutas foram efervescentes naquele momento histórico, porém teve fim a iniciativa pioneira da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1939 devido inconstitucionalidade. Apesar de sua extinção ela explicitou possibilidades e potencialidades de uma instituição pública, gratuita, autônoma, laica e universal, deixando marcas que influenciaram a criação da Universidade de Brasília e outras experiências (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 53).

Os autores reforçam que o debate relacionado à educação superior, ao conceito de universidade como um bem público e à formação de professores, deveria estar voltado à compreensão do compromisso com o público, com a laicidade, com a gratuidade e com a universalidade (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 57). Seria necessário acabar com o autodidatismo que vinha caracterizando o trabalho docente e a dependência de material vindo do exterior, como também das práticas exclusivas do ensino “bacharelesco”, “e mais do que isto, de cursos que se voltavam ao utilitário, ao prático, ao imediato, descaracterizando uma das principais apostas em uma instituição digna de ser proclamada universidade” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 60).

Para finalizar o capítulo Bianchetti e Sguissardi (2017) discutem a origem e o histórico da pós-graduação no Brasil. Ela é criada a partir do Parecer 977/1965 (Parecer Sucupira), a qual teve influência norte-americana, regulamentação que posteriormente serviu de pré-requisito para a Reforma Universitária em 1968, de acordo com o Acordo MEC-USAID⁵ implementado com a Lei 5.540/68. Tal Parecer reforçava que “um programa eficiente de estudos pós-graduação é condição básica para conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro de ciência e de cultura” (p. 70).

Bianchetti e Sguissardi (2017) iniciam o capítulo III – *à commoditycidade* – com uma epígrafe de Otto M. Carpeaux, o qual diz que o papel da universidade é capacitar os estudantes para escolher suas próprias convicções, que o utilitarismo é inimigo mortal da universidade. “Já abundam os homens cegamente convictos, muitos “práticos”, “úteis” para

⁵ Ministério da Educação (MEC) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).
Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - Edição Especial 2021.

os serviços do Estado, da Igreja, dos partidos e das empresas comerciais” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 75). Ou seja, a universidade não deve se submeter a lógica de mercado.

O uso do termo *commoditycidade* é uma provocação para a compreensão do ensino ser submetido a legislação mercantil, como possibilidade de negociação. A expansão da educação superior/universidades brasileiras – privado ou público-quase-privado, privado mercantil – com características mercantis e ampliação de números de alunos-clientes impõem a tentativa de uma nova denominação. Segundo os autores a utilização do termo *commoditycidade* resumiria essa nova característica das instituições de educação superior no país, em especial, nos grandes centros onde a presença da clientela está assegurada (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 76).

Ao lado da ampliação das IES privadas sem precedentes é oportuno destacar o crescimento de universidades e *campi* públicos, “essa expansão da Educação Superior pública, em anos recentes, fez-se acompanhar de decisões e implementações que, de origem pública, carregaram recursos para a iniciativa privada na educação ou no ensino público-quase-privado ou (in)diretamente no privado mercantil” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 77).

Ao retomar escritos do jovem Nietzsche (1844-1900) traduzidos e apresentados por Noéli Correia de M. Sobrinho, os autores destacam preocupações do filósofo sobre o futuro das instituições de ensino (escola e universidade) frente a sujeição de exigências do Estado ou do Mercado. Preocupações do nosso tempo no campo do ensino superior exemplificadas por Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 84) pela expansão do ensino superior no Estado de Santa Catarina com o surgimento de universidades privado-mercantis em que o conflito deixa de ser Sistema ACAFE⁶ *versus* UFSC/UDESC e passa a ser entre “instituições públicas de direito privado” preocupadas com ensino, pesquisa e extensão *versus* “instituições ou organizações privado-mercantis” que estão preocupadas em conseguir clientes para sua educação-mercadoria.

⁶ O Sistema ACAFE é formado por um conjunto de Instituições, criadas por lei municipal, porém com funcionamento nos moldes de universidades privadas, com cobrança de mensalidades dos alunos e com natureza jurídica pública de direito privado (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017).

Para Bianchetti e Sguissardi (2017) as preocupações densas que perpassam o ensino superior brasileiro podem ser resumidas pelo recuo do estatal-público quanto a responsabilização pela educação com características de pública, gratuita, laica e universal. A gradativa desresponsabilização estatal introduz processos de terceirizações dos aspectos essenciais da educação e a intensificação de processo avaliativo sem características formativas e, sim reguladora, controladora e *rankeadora* (SGUISSARDI, 2008 e 2009; DIAS SOBRINHO, 2008 e 2012).

Ao mesmo tempo é visível a tentativa de “transformação da educação em mercadoria, na esteira das investidas nacionais e internacionais das empresas de ensino, via esforços no sentido de incluir a educação nos Acordos da Organização Internacional do Comercio (OMC)” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 89). A associação de dois fatores, entre outros, - a ida de empresas de educação à Bolsa de Valores, oligopolização/monopolização no ensino superior com a formação de fusões (como Kroton) e a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (INSAES⁷) – assinala-se como um atentado contra a *universidade* caracterizando-a como *commodity*.

Pode-se apontar algumas representações atuais de organizações de ensino que estão no saguão da Bolsa de Valores como: a Anhanguera e a Kroton, da rede Pitágoras, e outras que estão no processo de participação como Estácio de Sá e o COC. Cabe aqui destacar a fala do economista Marcelo Cordeiro, da *Fiducia Asset Management*, especializado em buscar investimentos para o setor, sobre essa questão: “*Vejo mercado de educação como um supermercado. Estou vendendo um produto. Só que, em vez de vender tomate, meu produto é um assento para o aluno estudar*” (idem, p. 90, destaque dos autores).

Esse “*mercado*” se ampliou sobretudo no período de 2008 a 2013 sendo visto pelo número de matrículas, por exemplo, Kroton que em apenas 5 anos passou de 26 mil alunos em 2008 para 519 mil em 2013. A USP, maior universidade pública, levou 80 anos para atingir 60 mil alunos de graduação (SGUISSARDI, 2014).

Interessante que os autores retomam as manifestações e preocupações de Roberto Romano de 1998, que já sinalizava a destruição da universidade pública e, questões vivenciadas atualmente, a condição da universidade, da educação superior, dos alunos sendo impelida a “*mercadoria/ensino*” que se negocia na bolsa de valores.

⁷ Projeto de Lei n°. 4.372 de 2012, que objetiva criar, se aprovado, o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017).

Ocorre a transnacionalização/mercantilização do setor educacional, incentivado pelo Banco Mundial, Banco Interamericano do Desenvolvimento e OMC, sem compromisso com valores humanísticos e acadêmicos.

Apesar do significativo crescimento das IES públicas no país de 2010 a 2012 com percentual de 9,4% em relação as privadas 0,6% (SGUISSARDI, 2014), ocorre atualmente nas IES privadas uma expansão não em números de instituições e de matrículas, mas um processo de concentração e fortalecimento das oligopolização, incentivado pelas dificuldades impostas pelas portarias governamentais que regulam o FIES no mercado, o que facilita maiores empresas de capital aberto. Articulado a esse cenário estaria a regulação por parte do Estado atual, que numa situação contrária ao passado “o Estado recua da sua responsabilidade pública com um bem e direito público – a educação – e se atribui o papel de mediador, regulador de uma atividade que, de todo sua, passa em grande parte a ser terceirizada” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 104).

Nesta obra os autores explicitam com clareza a relação entre Estado e Capital no setor educacional em que a avaliação formativa é substituída pelo controle/regulação prevalecendo o *rankeamento*, para que seja de fácil capturação e, manejada pela perspectiva privada, de interesses dos *vikings* (exploradores e comerciantes) desinteressados pela formação humanística e cultural, ao privilegio do caráter utilitarista e imediatista.

“Quando a educação se torna uma mercadoria, a baixa qualidade formativa não somente é prioridade, como passa a ser uma necessidade. Afinal, quanto maior é o exército de analfabetos ou analfabetos funcionais, maiores serão as chances de oferecer serviços em forma de cursos *fast food*”, descaracterizando a quase milenar proposta da hoje [ex] *universitas* (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 105). Para os autores, colocada no altar do mercado a educação/formação vem sendo submetida a um *downsizing*, um processo de aniquilamento, um “efeito bonsai”.

Apesar de tudo, “não se pode afirmar que se esteja diante do fim da universidade. Porém, não há como negar que se presencie o fim ou acaso de uma determinada universidade, criada, mantida, modificada, atacada, interrompida etc., porém apesar dos atentados, sempre retomada e repensada para fazer *jus* a seu papel histórico de *universitas*” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 108).

Bianchetti e Sguissardi finalizam a obra afirmando a necessidade de se contrapor a superficialidade da educação/formação mercadológica, a fim de defender a necessidade de garantia da produção digna da existência humana na lógica da onilateralidade de cada ser humano e de toda a humanidade. Apesar do momento de tensão quanto aos rumos da educação superior é preciso retomar a questão: *o que resta de educação na educação em geral e de superior na educação superior?*

Em síntese, a obra trata de uma contribuição relevante para entender a educação superior no Brasil, o percurso histórico da universidade, aspectos quanto a sua tutela e regulação heterônoma, bem como discussões dos conflitos e desafios frente uma conjuntura marcada pela valorização do mercado via expansão global capitalista, com políticas de privatização/mercadorização (ou *commoditycidade*) e a transformação da educação/ensino em produto/mercadoria e alunos em cliente/comprador. Ademais, o papel coadjuvante do Estado para com o capitalismo, com sua desresponsabilização pela educação pública, obedecendo aos parâmetros da lógica do sistema que compra e vende uma educação sob caráter pragmatista e utilitarista, a fim de garantir retornos imediatos e valorização do capital.